

A FORMAÇÃO DE FONOAUDIÓLOGOS E A POLÍTICA DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

THE TRAINING OF SPEECH THERAPISTS AND THE HEALTH POLICY OF THE BLACK POPULATION

LA FORMACIÓN DE LOS LOGOPEDAS Y LA POLÍTICA SANITARIA DE LA POBLACIÓN NEGRA

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Suiane Costa Ferreira

Universidade do Estado da Bahia

Carolina Pedroza de Carvalho Garcia

Universidade do Estado da Bahia

Luciane Cristina dos Santos Evangelista Sousa

Universidade do Estado da Bahia

Artigo recebido em: 22/05/2025

Aprovado em: 03/05/2026

Resumo: O estudo analisou a presença do debate sobre saúde da população negra no curso de graduação em fonoaudiologia na maior universidade estadual da Bahia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa-descritiva, composta por duas etapas, pesquisa documental e entrevista com professores. A pesquisa documental analisou o Projeto Pedagógico Político do Curso. As entrevistas foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo. Como resultados, não foi identificada a inserção formal da temática no curso. Em alguns momentos na sala de aula, a temática está presente, mas sem o registro formal nos planos de ensino, fomentada muitas vezes pelos posicionamentos políticos dos estudantes. Também notou-se a ausência de uma formação continuada institucional com vistas ao alcance do letramento racial dos professores.

Palavras-chave: Formação profissional. Currículo. Saúde da População Negra.

Abstract: The study analyzed the presence of discussions about the health of the black population in the undergraduate course of Speech and Hearing Therapy at the largest state university in Bahia. This is a qualitative-descriptive study, made up of two stages: a documentary research and an interview with professors. The documentary research analyzed the Political Pedagogical Project of the Course. The interviews were analyzed using Content Analysis. As a result, there was no formal inclusion of the matter in the course. The topic is present in the classroom at times, but is not formally recorded in lesson plans, and is often prompted by students' political positioning. We also noticed the absence of institutional follow-up training aimed at achieving racial literacy among professors.

Keywords: Professional Training. Curriculum. Health of the Black Population.

Resumen: El estudio analizó la presencia de discusiones sobre la salud de la población negra en el curso de pregrado de Fonoaudiología de la mayor universidad estadual de Bahía. Se trata de un estudio cualitativo-descriptivo, compuesto por dos etapas: una investigación documental y una entrevista con profesores. La investigación documental analizó el Proyecto Político Pedagógico del Curso. Las entrevistas se analizaron mediante Análisis de Contenido. Como resultado, no hubo una inclusión formal de la materia en el curso. El tema está presente en el aula a veces, pero no se registra formalmente en los planes de clase, y a menudo es impulsado por el posicionamiento político de los alumnos. También observamos la ausencia de formación institucional de seguimiento dirigida a lograr la alfabetización racial de los profesores.

Palabras clave: Formación profesional. Curriculum. Salud de la población negra.





INTRODUÇÃO

O Centro Nacional de Informações do Trabalho na Saúde apresenta um painel sobre a força de trabalho na saúde com dados nacionais e regionais, enquanto instrumento de apoio para a gestão. Nesse painel, existem 3.220.295 trabalhadores da saúde em exercício no país e, destes, 31.447 são profissionais da fonoaudiologia. No geral, 82,39% dos trabalhadores da saúde estão atuando no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2024). Desse modo, podemos inferir que as Instituições de Ensino Superior possuem grande responsabilidade nessa formação que precisa ultrapassar as premissas de um modelo que seja unicamente centrado nas técnicas, nos procedimentos e na alta tecnologia para formar profissionais alinhados com as diretrizes do SUS e que sejam comprometidos com a capacidade de resolver os agravos de saúde nos planos individuais e coletivos, assim como capazes de refletir sobre sua própria inscrição no mundo (Bitencourt et al., 2020).

Contudo, as pesquisas que se debruçam em estudar o perfil dos egressos dos cursos da saúde, vem revelando pouco comprometimento com o SUS e um déficit na interprofissionalidade e na formação humanística, o que pode conduzir a uma prática frágil para o cuidado em saúde (Almeida Filho, 2013). Além disso, considerando ser o Brasil um país de maioria negra e que possui, desde 2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (Brasil, 2017a), os trabalhadores da saúde ainda apresentam lacunas (ou mesmo ausências) no debate sobre a saúde da população negra, incluindo as análises sobre o racismo enquanto determinante social da saúde, o que revela uma urgência em repensar a formação em saúde, a fim de atender aos princípios da universalidade, integralidade e equidade (Silva et al., 2022).

Em 2018, Araújo, Tolentino e Silva analisaram os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação em saúde (enfermagem, medicina, fisioterapia, nutrição, psicologia, serviço social e odontologia) de universidades públicas da Bahia, Sergipe, Alagoas e São Paulo, e observaram que pouquíssimas universidades tiveram seus projetos atualizados após 2009 (ano de implementação da PNSIPN), incluindo nos componentes curriculares a abordagem étnico-racial. No mesmo ano, Silvério (2018) também encontrou que nos cursos da saúde em uma universidade federal mineira havia pouca abordagem sobre saúde da população negra. Em 2021, o estudo de Ximenes e Reis revelou que estudantes de psicologia tiveram acesso ao debate sobre saúde da população negra apenas como um recorte. Essas ausências e insuficiências podem indicar o não reconhecimento das necessidades e especificidades na população negra, produzindo ainda mais iniquidades em saúde.

Especificamente na área da Fonoaudiologia, a ausência do debate racial ainda se faz mais presente, onde raros são os estudos que se propõem a pensar a formação do fonoaudiólogo e a saúde da população negra. Essa ausência acaba sustentando a formação sobre um modelo clínico biomédico cujos recortes dos indivíduos se dão por suas áreas de especialidades. Nesse sentido, o foco dos distúrbios/disfunções ao circunscrever o “paciente” a uma condição biológica, renuncia sua complexidade social, histórica, cultural, racial e de gênero (Reis, 2018).

É importante lembrar que o processo de profissionalização da Fonoaudiologia surgiu atrelado a um contexto racista que objetivava uniformizar a língua brasileira, produzindo uma identidade nacional. Entretanto, essa seria alcançada a partir do apagamento histórico das línguas africanas e indígenas (Vasconcelos, 2022), pois a norma, o padrão, o falar correto, estava diretamente ligado à língua do branco colonizador, eliminando, assim, toda a diversidade que conformava a sociedade brasileira. Esse processo buscou apagar algumas tradições culturais e algumas línguas para que se



alcançasse uma padronização. A profissão, então, originou-se como forma de intervenção social com o objetivo de superar as diferenças linguísticas em nome de uma unidade tida como civilizada e de um progresso nacional, sendo escolhida uma pronúncia dentre as diversas existentes para que a unificação da língua fosse alcançada (Vasconcelos, 2022). Para Keil (2021), a fonoaudiologia cumpriu um papel central na garantia e construção dessa higienização e homogeneização da língua que se perpetua até os dias atuais.

A ausência de determinados conhecimentos, saberes e práticas nos processos formativos, ou mesmo a negligência com que são tratados durante a formação, acarreta sérias falhas no atendimento integral à saúde de todos e, em especial, de populações vulnerabilizadas. Uma formação em saúde monocultural acaba contribuindo diretamente para formar profissionais que enxergam e reproduzem um único modo de cuidar e curar, que não são sensíveis às particularidades do corpo marginalizado, que hierarquizam os saberes formais e informais, que fortalecem o racismo e as iniquidades em saúde, que se preparam não para ouvir e conviver com outras epistemes, mas para tolerá-las e superá-las na medida em que as reconhece como algo primitivo (Ferreira, 2022). Assim, considerando que a qualidade da formação dos profissionais de saúde precisa ser discutida em seu sentido político, em relação às escolhas que pesam sobre a organização dos currículos, programas e similares (Monteiro, 2016), este trabalho objetivou analisar a presença da temática saúde da população negra no curso de graduação em Fonoaudiologia na maior universidade estadual da Bahia.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, descritiva-exploratória, composta por duas etapas: pesquisa documental e entrevista com professores do curso de graduação em Fonoaudiologia. Esta pesquisa ocorreu em 2023, na maior universidade pública estadual da Bahia, no campus localizado na cidade de Salvador, no departamento de ciências da vida. A população dessa universidade soma mais de 30 mil pessoas, entre estudantes e servidores docentes e técnicos, que mobilizam o potencial inovador do povo baiano, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão. O curso de Fonoaudiologia analisado foi autorizado a funcionar em 1998 através da Resolução n. 208/98.

A pesquisa documental ateve-se à análise crítica do Projeto Pedagógico Político do Curso (PPPC), tomando como referência de análise os seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Fonoaudiologia (Brasil, 2002); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) (Brasil, 2004); a Política de Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2007); e as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos de graduação da área da saúde (Brasil, 2017b).

No PPPC do curso de Fonoaudiologia, realizou-se uma busca sobre o tema da saúde da população negra tanto na parte política, representada pelos fundamentos, justificativas, objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades, quanto na parte pedagógica, representada pela matriz curricular, composta por planos de ensino das disciplinas, objetivos de aprendizagens e conteúdo.

Como é preciso considerar que o currículo é vivo, ou seja, é uma prática discursiva, dinâmica e que se realiza em todos os momentos da vivência acadêmica (Araújo, 2018), a partir das interações entre os diversos atores, consideramos ser necessário investigar como o debate sobre a saúde da população negra pode estar sendo experienciado também na sala de aula, pois a partir da autonomia





docente, o professor pode trazer debates que extrapolam os documentos. Por isso, realizou-se uma enquete, por meio de um formulário online, com os estudantes de Fonoaudiologia, a fim de identificar quais professores eram vistos como aqueles que apresentam o debate étnico-racial na sala de aula. Houve resposta de 46 estudantes de fonoaudiologia. Ao todo, 14 professores foram citados, mas apenas 13 compuseram a amostra, pois a segunda professora mais citada pelos estudantes não pôde ser incluída, visto que se tratava de uma das pesquisadoras do estudo. Após realizado o convite para a entrevista, seis professores aceitaram participar da entrevista.

As entrevistas com os professores aconteceram de modo individual, online, foram gravadas e conduzidas por meio de um roteiro norteador. Cada professor entrevistado foi identificado com a letra maiúscula P seguida do número (P1, P2, P3, P4, P5, P6). Posteriormente, as entrevistas foram ouvidas, transcritas e analisadas a partir da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

Em atendimento às normas previstas na Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, este estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia, com o parecer n. 5.016.260.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Pedagógico Político do Curso

O PPPC é o mais importante instrumento de gestão de um curso e deve ser produzido de acordo com as DCN. Concentra a concepção de curso, seus fundamentos e dá sustentação à formação. Na universidade estadual analisada, o PPPC do curso de bacharelado em Fonoaudiologia foi atualizado em 2012, após a publicação da PNSIPN. Ao verificar a presença da temática étnico-racial nesse documento, encontramos a descrição do componente curricular optativo “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Educação em Direitos Humanos”, uma disciplina teórica de 60 horas.

A presença dessa disciplina produziria uma formação mais plural e democrática. Mas, apesar desse componente teoricamente se alinhar ao proposto pela DCNERER (Brasil, 2004), pela PNSIPN (Brasil, 2017a), os princípios do SUS e as DCN para os cursos de graduação da saúde (Brasil, 2017b), não foi encontrado nenhum relato da oferta desse componente optativo no curso desde 2012, ano da última atualização do PPPC. Assim, se o componente não é ofertado, o debate não está sendo fomentado, e o cuidado em saúde segue sendo exclusivamente monocultural (centrado na cultura e no corpo branco).

Os currículos na saúde ainda são muito centrados na figura de um “sujeito universal” do cuidado, que invariavelmente é um homem branco, heterossexual, cisgênero, cristão e burguês. O sujeito branco é visto como algo natural, como a norma, como o modelo paradigmático de aparência e de condição humana (Schucman, 2012), universalizando, assim, as suas particularidades. Isso porque as instituições de ensino são parte do Estado brasileiro, que, por sua vez, tem a colonialidade e o racismo como matriz (Ferreira, 2022).

Quando o debate sobre a diversidade em saúde está ausente da universidade pública, isso se torna ainda mais sensível, pois é esta instituição que possui a capacidade de disseminar conhecimento e aumentar sua relevância nos meios de aprendizagem e formação acadêmica, tornando viável as transformações que podem ser alcançadas na reorganização da atenção à saúde, por meio da adoção de ações institucionais globalizantes e includentes (Conceição, Riscado, Vilela, 2018).



Na prática, também é preciso considerar a autonomia docente, entendida como a atuação do professor a partir do conjunto de saberes, atitudes e valores que carrega (Valério, 2017). Desse modo, os professores podem estar produzindo práticas pedagógicas que abarquem o debate étnico-racial a partir dos saberes, atitudes e valores que carregam. Por conseguinte, após concluída a fase da análise documental, foi realizada a enquete com os estudantes de Fonoaudiologia e convidados os professores identificados. Entre os seis professores que aceitaram participar, a maioria era mulher, com média de idade de 43,8 anos (variando de 37 a 57 anos) e mais de 12 anos de docência. Com relação ao local de trabalho: uma professora era lotada no curso de Fonoaudiologia, uma professora era lotada no Departamento de Educação, mas ministra uma disciplina específica/profissionalizante do curso de Fonoaudiologia e os outros quatro professores ministram componentes da área de saúde coletiva ou tópicos especiais, mas são lotados em outros colegiados. Com relação à autodeclaração racial, três professores se declararam pretos, um pardo e dois brancos.

Após transcrição e análise das entrevistas, surgiram três categorias de análise, que serão discutidas a seguir.

Planejamento pedagógico

No fazer docente, o Plano de Ensino é o registro do planejamento das ações pedagógicas a serem executadas em uma disciplina curricular em um determinado período letivo. Ele orienta o trabalho docente. Assim, se o debate sobre saúde da população negra estiver sendo programado pedagogicamente, é no Plano de Ensino que esta informação estará registrada. Entretanto, nas entrevistas, identificou-se que apenas um dos professores incluía o debate como um conteúdo programático e outro o incluía nas referências bibliográficas. Todos os entrevistados consideram que o debate étnico-racial, por ser este um elemento que estrutura as relações sociais, deve ser tratado de forma transversal em todos os componentes. Contudo, na prática, essa transversalização não vem existindo e acaba por produzir uma desresponsabilização, com um não registro nos planos de ensino, uma não programação sistemática da abordagem em sala de aula e a priorização dos conteúdos profissionalizantes “essenciais” para a formação.

Como ela não está institucionalizada ali na ementa, nem sempre isso vem obrigatoriamente, digamos, para as pessoas e até para mim (...) como ela não está obrigatoriamente, às vezes a gente está em semestres tão atravessados por vários feriados, várias coisas e (...) é o mínimo que é preciso garantir e, muitas vezes, a discussão ela vem apenas com a transversalização na sala de aula, porque é uma coisa que é importante pra mim, mas não tem uma aula específica, sabe? Um texto específico (P4).

Sem um debate pedagogicamente organizado, os cursos da saúde seguem fomentando a produção de práticas de cuidado e cura universalizantes, em que, se algo serve para o corpo branco, serve para todos os demais sujeitos que compõem a sociedade. Tudo o que se produz no campo biomédico, de modo aparentemente desracializado, na verdade é racializado, na medida em que se direciona para a população branca, tomada como universal, ou “população em geral”, conforme é mais recorrentemente referida na área da saúde (Muniz, 2021).





Eu sempre falo com relação à diferença da voz do negro pra voz do branco, do caucasiano, que existe uma diferença muito grande, inclusive os próprios alunos perguntam: professora, porque os negros têm uma voz muito mais potente, mais bonita? Então aí eu trago pra eles o quanto a gente tem uma questão de uma genética privilegiada nesse aspecto, por ter cavidades maiores e, conseqüentemente, a gente tem órgãos ressoadores muito maiores, pregas vocais um pouco maiores e mais densas. Isso faz com que essa voz saia mais bonita, até mais brilho e tenha mais peso (...) Eu trago, isso é ótimo, uma maneira inclusive positiva com relação à parte racial (...) Mas não tem diferença com relação ao tratamento, não tem diferença. Agora tem a diferença com relação à oportunidade, ao acesso ao atendimento fonoaudiológico. Então, aí tem uma diferença estúpida (P6).

Se existem diferenças anatômicas, diante de uma patologia ou agravo, seria também necessária uma intervenção fonoaudiológica com certas diferenças ou adaptações? Isso já foi estudado ou pesquisado? Quantas pesquisas temos que consideram essa diversidade biológica? Atualmente, menos de 10% dos pacientes dos Estados Unidos participam de estudos clínicos e, desses, apenas 5% a 15% são pessoas não-brancas. Algumas diferenças na incidência, gravidade e prognóstico de diferentes doenças entre os sexos e grupos raciais/étnicos resultam de variantes genéticas. Por isso, é essencial que as diferenças biológicas entre as populações, e como essas diferenças afetam a patologia, a experiência e os resultados das doenças, sejam investigadas de forma abrangente por meio de novas abordagens. A representação de populações do mundo real em pesquisas médicas é essencial para abordar as disparidades na pesquisa clínica, avançar a ciência, apoiar o acesso e melhorar os resultados (Garrick et al., 2022). Essa necessidade de desenvolver estudos que considerem as particularidades e variabilidade do corpo negro (apesar de sermos todos da mesma raça humana) está explicitada também nas diretrizes da PNSIPN (Brasil, 2017a), que incentiva a produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra.

Uma vez que o ideal regulatório racial é o parâmetro branco, tomado como universal, os procedimentos médicos empregam como referência de normalidade as respostas da população branca a tais procedimentos. Desse modo, as demais populações, que não respondem ou que respondem de modo diferente, são tomadas como desviantes da expectativa de normalidade ou refratárias a determinadas intervenções. Muitos exemplos podem vir deste tipo de análise a partir da existência de um corpo universal do cuidado (que é sempre branco). A laserterapia é um bom exemplo para pensar essa questão, principalmente dentro da Fonoaudiologia.

A terapia a laser de baixa intensidade possui muitos efeitos terapêuticos, como promover a regeneração celular, a redução da inflamação e a melhora da circulação sanguínea. Os efeitos requerem um limiar de exposição à irradiação, ou seja, dependendo do efeito desejado, é calculada a dose de energia necessária. O limiar é específico e cada tecido responde de maneira diferente a um determinado comprimento de onda. Mas, os corpos negros possuem eumelanina, que absorve a luz ultravioleta e a dispersa, atenuando sua penetração na pele sob a forma de calor em vez de transferi-la para o DNA. Serve, então, como protetor solar natural do corpo. O conteúdo de melanina confere, naturalmente, fator de proteção solar de 13,4 à pele preta em comparação com 3,4 nos brancos (Alchorne et al., 2024). Sendo assim, muitas perguntas surgem a partir dessa diferença biológica: essa propriedade da eumelanina não alteraria as características do comprimento de onda definido na laserterapia para pele negra? Os diferentes tipos de pele não devem ser estudados? Por que a queimadura e a dor durante a laserterapia são vistas como um padrão normal para a pele negra?



Com a ausência do debate formal sobre saúde da população negra nos planos de ensino, o mesmo tem surgido na sala de aula atrelado aos posicionamentos políticos trazidos pelos estudantes a partir de suas experiências pessoais.

Veio com muita força por parte dos alunos. Eu acredito, inclusive pelo grupo Afrocentrar Saúde. Eu acho que não tem mais como eu, enquanto docente da disciplina, não introduzir um debate mais consistente a ponto de ser um tema de aula (P1).

Com a implementação das Ações Afirmativas, uma maior diversidade de corpos, de identidades, de subjetividades e de saberes adentrou a universidade, o que acabou tensionando esses debates na sala de aula, visto que essas pessoas não são tábulas rasas. A partir dos seus percursos e mundos de vida, trazem uma rica potência nas suas falas e pensamentos. Outro destaque nessa entrevista é dado à organização de coletivos negros no ensino superior.

O Coletivo Afrocentrar Saúde: Ilera Dudu, citado na entrevista, surgiu em 2021 no departamento de saúde enquanto um espaço de aquilombamento para estudantes e professores pretos e pardos, que trabalha na perspectiva do ensino-pesquisa-extensão, mas principalmente na produção de afetos e de uma consciência negra. O grupo tem como objetivos fortalecer a educação das relações étnico-raciais na formação em saúde; construir uma identidade negra positiva; conhecer e disseminar as práticas de cuidado e cura da medicina tradicional; e desenvolver atividades de formação em saúde afroreferenciadas. Estar em uma organização negra se constitui como um locus importante para um olhar sobre si, que fortaleça, empodere, ajude a ser sujeito. Alguns estudantes do curso de Fonoaudiologia compõem o coletivo.

Apesar das ausências, algumas práticas pedagógicas e movimentos insurgentes foram percebidos.

No caso de Metodologia, esse semestre, finalmente eu consegui fazer esse alinhamento. Eu mudei um pouquinho o formato, o planejamento das aulas e eu estou cobrando deles a construção de um pré-projeto de pesquisa e na construção desse pré-projeto, o que eu sugeri pra eles? (...) Eu dividi a turma em oito grupos e coloquei como tema guarda-chuva a saúde da população negra. Então eles tiveram que fazer o levantamento, cada grupo, de dez artigos. Desses dez tiveram que selecionar cinco artigos para dar fundamentação ao projeto que eles estão construindo. Mas todos esses materiais tratam de algum aspecto sobre a saúde da população negra. Então são estratégias que eu tenho criado. E aí no processo a gente vai aprendendo pra poder trazer essas discussões para os meus componentes que não tratam especificamente (P3).

Esses movimentos insurgentes na sala de aula não surgiram a partir de uma estrutura pedagógica e/ou institucional que possibilitou esse contexto, mas por movimentos individuais do docente, porque algo lhes toca e os impulsiona a agregar essas discussões. É preciso assumir que não pode haver uma separação entre qualificação para o trabalho e pessoas pensantes/atuentes. Qualificar para o trabalho não é incompatível com qualificar para transformar/compreender, mas devem ser atividades complementares, interdependentes (Araújo, 2002). A PNSIPN (Brasil, 2017a) aponta a obrigação da inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação inicial e permanente dos trabalhadores da saúde. Contudo, nas entrevistas, a maior parte do debate ainda se restringe a diálogos sobre as cotas/ações afirmativas ou sobre racismo/meritocracia/fraude nas cotas.





Conceição, Riscado e Vilela (2018), ao analisarem a presença da temática étnico-racial no curso de medicina de uma instituição pública de Alagoas, descrevem que, para tentar dar conta dos princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS, é preciso abarcar a história das populações africana e afro-brasileira, bem como a cultura, determinantes sociais, condições de vida e epidemiologia; humanização e a saúde da população negra com abordagem acerca das diferenças étnico-raciais e suas implicações nas relações pessoais, coletivas e institucional; especificidades da saúde no corpo negro, compreensão e visão críticas antirracistas quanto aos fatores desencadeadores e determinantes do racismo na atenção à saúde; compreensão do impacto do racismo nos processos de planejamento e de gestão em saúde, bem como o histórico do protagonismo negro nas lutas políticas e sociais, nos conselhos e conferências de saúde; doenças de condições genéticas, as doenças adquiridas pelas condições de vida desfavoráveis, as doenças agravadas pelas condições de acesso e condições fisiológicas que sofrem interferências ambientais e evoluem para doenças; peculiaridade na comunicação, a inclusão do quesito raça/cor na perspectiva da identificação étnico-racial e percepção da concepção de saúde-doença na cosmovisão afro-brasileira e africana; diálogo sobre resposta medicamentosa, políticas farmacêuticas e remédios populares. Apesar desse universo de possibilidades, esse debate está ausente no curso de Fonoaudiologia estudado ou abordado de modo superficial dentro das aulas sobre determinantes sociais de saúde.

O esvaziamento de conteúdo sobre as especificidades da saúde da população negra, conhecer seus determinantes sociais, bem como seu perfil epidemiológico atrelado às leituras nosológicas, semiológicas e farmacológicas dos principais acometimentos de saúde-doença, produz impacto direto na produção do cuidado destinado à negritude, diminuindo a capacidade do profissional da saúde de interpretar situações, práticas e condutas de maneira racializada (Cabral et al., 2022).

Dificuldades na sala de aula

Para tornar realidade o objetivo da PNSIPN (Brasil, 2017a) de promover a saúde completa da população negra, priorizar a redução das desigualdades étnico-raciais e combater o racismo e a discriminação nas instituições e serviços de saúde do SUS, é fundamental que a formação dos profissionais garanta a sensibilidade, domínio técnico-científico e percepção das diversas epistemologias existentes. E é na sala de aula que se estabelecem as possibilidades concretas dessa formação. Entretanto, nota-se a presença de fatores dificultadores para a efetivação do debate na sala de aula, destacando os desconfortos, estranhamentos, repúdios, intolerâncias.

Eu coloquei uma canção do MC César, "Canção infantil", porque a gente ia abrir uma discussão pra tratar sobre determinantes sociais em saúde e aí eu trouxe essa canção pra poder fazer o panorama inicial da aula. E aí a gente percebe dois movimentos da perspectiva dos corpos que falam e que se comunicam: os corpos que acham estranho (...) mas alguns corpos estranharam o porquê que a gente estava ouvindo um rap dentro da sala de aula, mas outros corpos se sentiram extremamente envolvidos e abraçados. Tem uma menina que ela conhece, ela ficou encantadíssima e, aí, começou a contar a história do MC César, uma coisa que ela jamais imaginaria chegar numa universidade. E aí eventualmente, de um modo geral, nas discussões a gente percebe as pessoas brancas silenciando, algumas com postura de fechamento corporal, então cruzam os braços, cruzam as pernas, ficam com o corpo inclinado pra trás, algumas pessoas permitindo-se estar ouvindo sem se posicionar, outras até se posicionam sobre essas questões, mas, de um modo geral, um silenciamento. E as pessoas negras acabam assumindo um protagonismo na discussão, no embate, no diálogo e aí eventualmente eu percebo essas implicações na reverberação dos corpos, nesse processo (P5).



Sobre os desconfortos, silêncios e indiferenças dos estudantes brancos, é importante frisar que as pessoas brancas no Brasil vivem em uma sociedade que as protege e as desresponsabiliza das tensões e hierarquias raciais advindas do racismo sistêmico. Diangelo, Bento e Amparo (2020) explicitam que uma mulher branca, não foi criada para pensar sobre ela mesma em termos raciais, mas que alguém tem raça, não ela. E, ao marcar e nomear a raça daqueles que não são brancos, reforça-se essa noção de que as pessoas brancas são apenas pessoas. Isto é a supremacia branca. Entender que as pessoas brancas são o padrão para aquilo que significa ser humano, ser o humano ideal, e todas as outras pessoas viram versões deficientes desse ideal. Por isso, é preciso entender como o conforto branco sustenta essa estrutura.

A educação racial na saúde também deveria perpassar o debate sobre branquitude. É importante frisar que, em todo o corpo docente do colegiado de Fonoaudiologia da universidade investigada, há apenas uma única professora negra, ou seja, o corpo docente é esmagadoramente branco. E são esses professores que não estão pensando o seu lugar nessa sociedade racializada, nem pensando a formação em Fonoaudiologia a partir de um olhar racializado, lembrando que os mesmos não foram citados pelos estudantes na enquete. De modo geral, os discursos mostram ainda uma desresponsabilização docente para contribuir no processo formativo, produzindo mais violência sobre os estudantes negros.

Pessoas, por exemplo, que são negras e ainda não se enxergam assim, né? E que são e que compõem esse outro discurso da branquitude. Eu acho que é a dificuldade, a coisa mais difícil, porque não sou eu que vou ter que dizer para essa pessoa, porque não adianta, né? Ela vai ter que percorrer o caminho dela de consciência, de reflexão (P2).

Nessa fala da professora P2 (pessoa branca), notamos a ideia subliminar de que, ao nascer negro no Brasil você já nasce com toda a sabedoria sobre si, sobre sua cultura, sobre o racismo e sobre como lutar contra ele. Na obra “Pele negra, máscaras brancas” (Fanon, 2008) fala-se sobre o conceito de alienação colonial e o impacto do racismo sobre o negro. Há uma análise minuciosa de todas as patologias psíquicas que nascem da internalização do racismo pelos negros, como a vergonha de si mesmo, os complexos de inferioridade e a fascinação pelo branco. A colonização produziu processos de subjetividade nos negros que culminam na negação de si ou no desconhecimento sobre si e seu povo.

A falta do letramento racial do professor conduz a um não letramento racial também do estudante. Pensar em letramento racial requer o entendimento de que nossas práticas são racializadas, o que inclui as práticas de cuidado e cura desenvolvidas nos processos terapêuticos. Nada escapa à racialização no Brasil, pois este é um país construído a partir da racialização e subalternização de determinados corpos.

O letramento racial pode ser trabalhado em diversos contextos, incluindo o ensino superior. Ele busca desenvolver nos indivíduos a capacidade de ler o mundo a partir de uma perspectiva crítica em relação às questões raciais, promovendo, assim, uma consciência social mais ampla e informada. A falta desse debate estruturado na sala de aula impede, por exemplo, o importante debate de como a raça é um conceito social, mas que isso não o torna imaginário quando se trata das consequências concretas que tem na vida de pessoas não-brancas; como o acesso à saúde e à educação também se constitui como um privilégio material da branquitude, pois é uma vantagem não merecida que é concedida; como não basta dizer que “Eu cuido de todos igualmente na saúde, pois não vejo cor”, pois esse jargão silencia as diferenças e promove mais violências durante o cuidado. É de





extrema importância possibilitar a identificação e o confronto do preconceito durante o processo de formação dos profissionais, a fim de interromper a sua reprodução. A falta de aprofundamento na temática étnico-racial coopera para que o debate resulte na perda de oportunidades de ensino e na permanência do status quo, além de promover a perpetuação de falas racistas, muitas vezes disfarçadas de antirracismo (Monteiro, 2010).

Nas entrevistas, identificou-se, ainda, a dificuldade de contemplar o debate racial de maneira satisfatória em função dos desafios estruturais relacionados ao modelo de formação universitária em saúde, que se relaciona à elevada carga horária, à sobrecarga de conteúdo, ao engessamento do currículo e das ementas. Todas as dificuldades identificadas parecem surgir como um reflexo do universo acadêmico, no qual aprendemos a adotar um discurso meritocrático e universalista, entendendo o racismo e a discriminação racial como fenômenos que ocorrem fora do espaço universitário (Figueiredo; Grosfoguel, 2009), criando um descompromisso sistêmico em não transversalizar o debate sobre saúde da população.

Experiências formativas fora da academia

As instituições são a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem a colonialidade e o racismo como componentes orgânicos (Almeida, 2019). Assim, os estabelecimentos educacionais são racistas, porque a sociedade é racista. Desse modo, a formação política sobre as questões raciais não pode ser produzida apenas pela universidade, outros espaços precisam ser vivenciados para oportunizar esse letramento racial.

Nas entrevistas, observou-se que os dois professores negros que mais se destacaram na efetivação do debate racial no seu fazer pedagógico apresentaram experiências centradas na cultura preta para além da universidade.

A atuação no movimento social foi essencial. Então, eu fui do movimento negro estudantil, depois eu fundei uma entidade do movimento negro, que era chamada Atitude Quilombola, eu fui uma das diretoras fundadoras e tudo isso de forma concomitante à minha formação acadêmica (...) foi no movimento social que eu aprendi a escrever projeto. Porque nós precisávamos criar cursos de formação e achar financiamentos. E, aí, nós botávamos as caras e escrevíamos, aí, o povo devolvia: “Não, não é assim. Faça de novo” e botava novamente (...) Finais de semana indo nas comunidades pra poder trabalhar, discutir, fazer as reuniões. Então fomos aprendendo nesse processo (P3).

Foi a partir do movimento negro brasileiro que se desenvolveu um trabalho de valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, de reivindicações e de proposição de políticas públicas em prol da população negra, incluindo a PNSIPN (Brasil, 2017a). Os Blocos Afro e Afoxés também produzem empoderamento e letramento racial através de suas ações artístico-culturais que procuram valorizar a cultura afro-brasileira e africana.

Eu sempre estive envolvido, principalmente da minha história recente, principalmente com os blocos afros (...) minha esposa tem vinculação com os blocos afros. E aí eu vou começando a estabelecer essa relação com os blocos e aí depois eu passo a estar mais presente no Ilê Aiyê, as próprias músicas do Ilê e a gente vai passando a tornar isso mais presente (...) eu lembrei como que aparece, às vezes, transversalmente, em algum dos semestres uma demanda. A gente estava discutindo sobre a condição humana, a gente estava discutindo sobre a categoria trabalho e aí a gente foi discutir alienação e pra discutir alienação eu coloquei a música “Alienação” do Ilê Aiyê. Então, assim, o tema da aula não tinha nada a ver com questões específicas ligada às pessoas pretas ou ao Movimento Negro, mas eu tinha que fazer uma escolha e aí eu escolhi (P5).



Cultura e política. Política e cultura. Esses são espaços potentes de construção de uma identidade negra positiva, de letramento racial, de valorização da cultura africana e afrodiaspórica, de trabalho comunitário e coletivo, de compromisso com a existência do povo negro, o que inclui sua saúde, educação, alimentação, habitação, lazer, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise documental e das entrevistas, não foi identificada a inserção formal da temática da saúde da população negra no curso de Fonoaudiologia na maior universidade estadual da Bahia, descumprindo, assim, os princípios basilares do SUS. No PPPC foi encontrada a descrição de um componente curricular optativo sobre o debate da saúde da população negra, contudo, tal componente nunca foi ofertado aos estudantes. Durante as entrevistas com os professores, observou-se que a temática está presente em poucos momentos na sala de aula, sem o registro formal nos planos de ensino, fomentado, muitas vezes, pelos posicionamentos políticos dos estudantes. Também notou-se a ausência de uma formação continuada institucional com vistas ao alcance do letramento racial dos professores.

Os coletivos negros nas universidades foram identificados como importantes ferramentas potencializadoras para a formação dos estudantes, o que não pode ser utilizado como motivo de desresponsabilização do educador na sala de aula.

AGRADECIMENTOS

O artigo é parte da pesquisa de iniciação científica desenvolvida no grupo de pesquisa Afrocentrar Saúde: Ilera Dudu (CNPq), com financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

REFERÊNCIAS

- ALCHORNE, Maurício Mota de Avelar et al. Dermatologia na pele negra. **Anais Brasileiros de Dermatologia**, v. 99, n. 3, p. 327-341, 2024.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA FILHO, Naomar Monteiro. Contextos, impasses e desafios na formação de trabalhadores em saúde coletiva no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, p. 1677-1682, 2013.
- ARAÚJO, Viviane Patricia Colloca. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 3, n. 6, p. 29-39, 2018.
- ARAÚJO, Edna Maria de; TOLENTINO, Adivânia Nogueira.; SILVA, Ananda Catharina Azevedo. Saúde da população negra: Política Nacional de Saúde: avaliações e reflexões sobre suas diretrizes. In: Vanali, Ana Cristina; Kominek, Aline Maria Vieira (org.). **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil**. Porto Alegre: Fi, 2018.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Da "pedagogização" à educação: acerca de algumas contribuições de Foucault e Habermas para a filosofia da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, p. 75-88, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.





BITENCOURT, Renata Riffel et al. O processo de formação em saúde: uma análise dos planos de ensino das atividades curriculares obrigatórias. **Saberes plurais- educação na saúde**, v. 4, n. 1, p. 62–78, 2020. DOI: 10.54909/sp.v4i1.102022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 5, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia**, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES052002.pdf>

BRASIL. Resolução no 01 de 17 de junho. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/CNE/CP. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 992/2009 de 13 de maio de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Ministério da Saúde - MS/GM Brasília/DF, 2017a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS/MS no 569, de 8 de dezembro de 2017. **Aprova o Parecer Técnico no 300/2017 que apresenta princípios gerais a serem incorporados nas Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos de graduação da área da saúde, como elementos norteadores para o desenvolvimento dos currículos e das atividades didático-pedagógicas, e que deverão compor o perfil dos egressos desses cursos**. Diário Oficial União (DOU), Seção 1, Edição 38, de 26 de fevereiro de 2018, p. 85-90, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painéis FTS – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://cenits.saude.gov.br/paineis-de-apoio/>. Acesso em 2024.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes; BATISTA, Maxmiria Holanda; GOMES, Nicolas Araújo; FONTENELE, Amanda Carolina Trajano; ROCHA, Raul Crisóstomo. Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista? **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, n. 4, e133, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v46.3-20210343>.

CONCEIÇÃO, Maria Cristina da; RISCADO, Jorge Luís de Souza; VILELA, Rosana Quintella Brandão. Relações étnico-raciais na perspectiva da saúde da população negra no curso de medicina: análise curricular. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 4, n. 3, p. 34-56, 2018.

DIANGELO, Robin; BENTO, Cida; AMPARO, Thiago. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In: INSTITUTO IBIRAPITANGA; SCHUCMAN, Lia Vainer (org.). **Branquitude: racismo e antirracismo**. São Paulo: Instituto Ibirapitanga, 2020, p. 42-66.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Suiane Costa. **Debate contracolonial na formação em saúde: resgatando a ciência de Kemet**. Salvador: EDUNEB, 2022.

FIGUEIREDO Angela; GROSGOUEL, Ramon. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.

GARRICK, Owen et al. Advancing Inclusive Research: Establishing Collaborative Strategies to Improve Diversity in Clinical Trials. **Ethnicity & Disease**, v. 32, n. 1, p. 61-68, 2022.

KEIL, Ana Carolina. Língua central e língua periférica: Por saberes e práticas fonoaudiológicas emancipadoras. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 1, p. 378-400, 2021.

MONTEIRO, Rosana Batista. Educação permanente em saúde e as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Saúde Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 524-534, 2016.

MONTEIRO, Rosana Batista. **Orientações e experiências para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no âmbito da formação e Educação Permanente em Saúde**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2010.



MUNIZ, Tatiane Pereira. De corpos universais a corpos refratários: branquitude e efeitos raciais das tecnologias biomédicas. In: ROHDEN, Fabíola; PUSSETTI, Chiara; & ROCA, Alejandra (org). **Biotecnologias, transformações corporais e subjetivas: saberes, práticas e desigualdades**. Brasília, DF: ABA Publicações, 2021, p. 183-214. DOI: <https://doi.org/10.48006/978-65-5973-030-8-14>.

REIS, Livia Maria da Silva. **Contribuições teóricas para a formação nos temas raça, gênero e saúde nos cursos de fonoaudiologia (Trabalho de Conclusão de Curso)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 25 p., 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana (tese)**. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 122 p., 2012.

SILVA, Silvana Oliveira da BERENGUER, Aniele Almeida Silva; RICARDO, Thaíse Mara dos Santos; LOPES, Giovanna De Carli; SÁ, Marcos Venicius Gomes de; SANTOS, Débora Santa Mônica; BITTENCOURT, Liliane de Jesus; SANTANA, Karine de Souza Oliveira. “Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre”: a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, e210969pt, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210969pt>.

SILVÉRIO, Ana Carolina Lino. **Abordagem da saúde da população negra nos cursos da área da saúde (Trabalho de Conclusão de Curso)**. Uberlândia: Faculdade de Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia, 20 p., 2018.

VALÉRIO, Marcelo. Autonomia de professores. **Educar em Revista**, v. 66, p. 327-332, 2017.

VASCONCELOS, Thalia Cristine Novaes de. A cor que não apagaram da língua: a colonialidade na fonoaudiologia brasileira. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, v. 3, n. 2, p. 274-282, 2022.

XIMENES, Bruna da Conceição; REIS, Thaize de Souza. A abordagem das relações étnico-raciais nos cursos de graduação em Psicologia nas instituições federais de ensino superior de Mato Grosso do Sul. V Congresso de Pesquisadores Negros da região Centro Oeste. In: **Anais (...)** Universidade de Brasília, 2021.

